

MEC propõe fim do diploma obrigatório

MARIA CECÍLIA SILVARES

Enviado especial a São Luís

O fim do diploma como credenciamento para o exercício profissional foi defendido ontem pelo titular da Secretaria do Ensino Superior (SESU), do Ministério da Educação, Edson Machado de Souza, durante a reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), em São Luís (MA). A sugestão, que prevê para o diploma apenas uma finalidade de atestado de curso, faz parte das propostas do governo federal para a nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, a ser votada pelo Congresso Nacional até junho do ano que vem.

A proposta é polêmica porque nega, na prática, a capacidade da universidade em manter a exclusividade na formação do profissional especializado. Ao relativizar a importância do diploma, a sugestão do governo também, retoma a questão da sua "fetichização" que significa a transformação do diploma em um fim em si mesmo. O primeiro a abordar o tema no país foi o ensaísta Sergio Buarque de Holanda, da década de 30, que comentava a importância do "anel de Bacharel" na cultura brasileira.

Por outro lado, as propostas encaminhadas pelo secretário indicam algumas saídas para a situação que ele chama de "proletarização" do ensino universitário. Machado acredita, por exemplo, que devem ser estipulados critérios rígidos para que uma instituição tenha o direito de usar o termo "universidade". Contra a proliferação das "empresas de ensino", ele sugeriu que todas as mantenedoras de universidades por particulares sejam transformadas em fundações.

Apesar de bem recebidas, as sugestões do secretário provocaram algumas reações entre os reitores e representantes das universidades. Para eles, a incapacidade das instituições universitárias em gerar profissionais e conhecimento à altura da demanda do país e resultado da irresponsabilidade do governo federal que há anos está devendo uma política de priorização da educação. Eles denunciam a ausência de um modelo educacional definido e de investimentos compatíveis com a importância social e econômica do setor. Quanto a idéia das fundações, os representantes do ensino privado entendem que a medida fere a liberdade de organização da sociedade civil.